



**ACÓRDÃO Nº1830/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº16312/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Superintendência Estadual de Habitação-SUHAB
- 4- **Exercício:** 2013
- 5- **Responsável:** Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula - Diretor-Presidente da SUHAB
- 6- **Advogado:** Marcos Menezes Campolina Diniz OAB/MG 115.451 e Rodrigo Castro Vilela OAB/MG 160.123
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2691/2023-DIMP-MPC-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual.  
Superintendência Estadual de Habitação-SUHAB.  
Exercício de 2013.

*Reconhecimento. Irregularidade. Recomendação.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto-destaque do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa, **com desempate da presidência, em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. À UNANIMIDADE:**

**10.1.1.Reconhecer** a ocorrência da prescrição, em favor do **Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula**, com fulcro no que dispõe o §4º do art. 40 da Constituição do Estado do Amazonas de 1989, razão pela qual afasto as pretensões punitiva e ressarcitória do Estado em decorrência do ajuste;

**10.2. POR MAIORIA, com voto de desempate da Presidência:**

**10.2.1.julgar irregular** Prestação de Contas Anual da Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB, exercício 2013, sob a responsabilidade do Sr. Sidney Robertson Oliveira de Paula – Diretor-Presidente da SUHAB, à época - em razão das irregularidades consideradas remanescentes pelos órgãos técnico e



**ACÓRDÃO Nº1830/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

ministerial;

**10.2.2. Recomendar** ao Superintendência Estadual de Habitação -SUHAB que:

- a) Observe o art. 6º, IX, da Lei Nº 8.666/93 para fins de elaboração de Projeto Básico para obras e serviços de Engenharia quanto a providência dos seguintes documentos: Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Memória de Cálculo dos quantitativos da planilha orçamentária, Composição de Custo Unitário dos preços de cada item da planilha orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Projeto Arquitetônico (se couber) e/ou Projeto Geométrico (se couber), todos devidamente assinados por responsável técnico com o devido registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/AM;
- b) Elabore e mantenha atualizado os Diários de Obras ou documento equivalente, quando realizar obras e serviços de engenharia (art. 67, § 1º. da Lei 8666/93 c/c art. 1º. da Resolução 1024/2009-CONFEA);
- c) Elabore os Boletins de medição de obra, caracterizando de forma precisa as etapas e serviços concluídos e suas respectivas correspondências com o edital, com o instrumento contratual e com o cronograma físico-financeiro, aprovados pela fiscalização e assinado pelo preposto da contratada e pelo gestor do contrato (Art. 63, § 2º., III da Lei 4.320/64 c/c os arts. 66 e 67 da Lei 8666/93), e proceda o registro fotográfico das suas obras/serviços (antes, durante e após a conclusão);
- d) Observação quanto à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Lei Federal Nº 6.496 de 07/12/1977 c/c o art. 1º c/c art. 2º c/c art. 3º da Resolução Nº 1.025 de 30/10/2009 do Conselho Federal de Engenharia,



**ACÓRDÃO Nº1830/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Arquitetura e Agronomia – CONFEA) por pessoa física e/ou jurídica executoras de obras e/ou serviços de Engenharia, bem a ART dos técnicos designados como fiscais das de obras;

- e) Cumprir o que determina o art. 2.º da Resolução N.º 27 de outubro de 2012 – TCE/AM, no que pertine aos procedimentos de Controle Interno.

*Vencido o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Mario Manoel Coelho de Melo que votou quanto ao Julgamento do Processo por reconhecer o instituto da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, para extinguir o feito com resolução do mérito.*

**10. Ata:** 30ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11. Data da Sessão:** 29 de Agosto de 2023.

**12. Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente-votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Melo, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

**12.2. Declaração de Impedimento:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

**13. Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Redator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral